



Handwritten signature and initials

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2021 --

Aos dezassete do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas, e cinco minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que começava a sua intervenção com um desafio que incorpora uma proposta que entende que, nos tempos atuais em que vivemos, virá a aproximar e a criar uma interação deste órgão com os munícipes deste concelho. Referiu que no pico da pandemia, no anterior mandato, houve uma proposta para que se realizassem as assembleias municipais e estas tivessem uma transmissão online. O seu desafio vai, à semelhança do que acontece em muitas assembleias municipais, neste novo ciclo autárquico, com a transmissão online das assembleias, utilizando este recurso digital que virá substituir uma ideia de assembleias itinerantes que já não fazem sentido na época em que vivemos da era digital. Em consequência, quando se quer promover a participação dos munícipes nos órgãos municipais, quando se quer aproximá-los, envolvê-los, esta é sem dúvida uma forma de interação deste órgão com a população, dando até oportunidade, no ponto da intervenção do público, das questões poderem ser apresentadas através desse suporte. Aqui fica este desafio e proposta que entende relevante, quer à Assembleia quer à Câmara Municipal. De seguida referiu que findou um ciclo de doze anos, o qual foi avaliado nas urnas. Neste período, o CDS-PP pugnou sempre por uma posição de



Handwritten signature

coerência e transparência, questionando frontalmente todas as matérias que achava por bem que fossem esclarecidas. A seu ver, a transparência da gestão pública nem sempre neste período foi clara e transparente pois só tiveram acesso à informação que a gestão socialista entendia que devia dar e as suas respostas a esclarecimentos ficaram quase sempre sem resposta. Recordou algumas das questões: a regeneração urbana, a ETA de Suidros, as obras sem concurso, as descargas ilegais no rio Tâmega, a água imprópria para consumo, entre outras. No presente, outras situações menos claras urge que sejam esclarecidas e têm a ver com algumas obras que, nos últimos meses, na gestão socialista, foram anunciadas com pompa e circunstância. Aliás, eram visíveis as placas a identificá-las. No entanto, obras não se viam nenhuma o que o leva a concluir que não foram mais do que querer mostrar obra a realizar em plena campanha eleitoral. Certamente que a pressa de as anunciar levou a que muitos processos de concursos não tivessem sido acautelados. Obras como a ampliação da rede de saneamento da freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto ou o Loteamento da Tapada da Telha que se encontram paradas há muitos meses e precisam de um esclarecimento capaz. Estão paradas porquê? Obras como a da ampliação de saneamento e construção de ETAR em Atei ou a recuperação da Casa do Fojo ou as várias pavimentações no concelho que, apesar de adjudicadas há vários meses, ainda não começaram. Não começaram porquê? Como foi possível projetar uma obra de alargamento de uma estrada do Bairro Novo até Ponte da Barca sem ter acautelado os custos das expropriações? Qual é o valor das custas deste processo para a autarquia? Em conclusão, é por este motivo e para o cabal esclarecimento de todos os mondinenses que entende e espera que seja aberta uma sindicância à atividade da Câmara durante o período de 2009 a 2021. Espera que o atual executivo assuma o dever e a responsabilidade deste desafio e não fique refém e incapaz de assumir este estado de gestão em nome de um novo ciclo para o futuro. ----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que iria deixar um conjunto de questões para o senhor Presidente da Câmara esclarecer. Iniciando pela questão do Covid em Mondim, sendo um dos casos mais graves em termos de infeções covid no distrito de Vila Real, gostava de saber o que é que está a ser feito para contrariar este problema e porque é que não se publicam os resultados semanais que são divulgados pela DGS nas plataformas de divulgação da Câmara.



Notícias recentes de hoje anunciam que existem neste momento 727 casos por 100 mil habitantes e, neste sentido, gostava de questionar qual é o ponto de situação. Questionou também sobre a qualidade da água do rio Tâmega pois verifica-se que esta se tem vindo a degradar e, sabendo também que era uma preocupação do senhor Presidente, queria saber se já se tomaram diligências no sentido de aferir qual é que é o problema da água. Julga que havia aqui uma intenção de elaborar um estudo do plano de valorização das margens do rio Caril e do rio Tâmega, acha que não está no orçamento e gostaria de saber porquê e se existem intenções de o acrescentar depois. Queria saber também se há intenção de realizar obras de correção no piso da estrada que vai do Bobal a Lamas de Olo. Notou-se nos últimos tempos que os buracos são cada vez mais. Naturalmente que não se está aqui a pedir que façam uma pavimentação, em pouco tempo de gestão é natural que isso não se consiga, mas que haja algum tipo de intervenção para evitar quaisquer problemas com quem usa aquela estrada. Gostava também de saber qual é o ponto de situação das obras já contratadas e financiadas, nomeadamente o pavilhão gimnodesportivo, a beneficiação dos caminhos municipais e betuminoso, a beneficiação de vias municipais, a modernização do mercado municipal, a beneficiação de caminhos municipais a cubo, o saneamento da freguesia de Mondim e o saneamento em Atei. Gostava de saber, a par daquilo que foi dito pelo deputado Fernando Silva, porque é que esta obra está parada. Relativamente à questão do lítio que foi divulgada também pela autarquia, apesar de partilhadas preocupações expressas pelo executivo, gostava que partilhasse com esta Assembleia, caso tenha conhecimento, o resultado do estudo de impacte ambiental destas explorações e, em caso de instalação desta exploração, qual é que seria o retorno e as contrapartidas para o município. Para finalizar questionou uma situação que diz respeito ao WRC em Mondim no sentido de saber se há a intenção de o manter ou de manter esse apoio porque é uma atividade que é muito apreciada pelos mondinenses. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara, tal como o grupo parlamentar do PS fez aqui anteriormente, sobre o ponto de situação da participação do município sobre a questão do lítio, algo que preocupa muito os mondinenses. Gostava ainda de questionar



o senhor Presidente como é que está a situação da linha de muito alta tensão no concelho, algo que também preocupa muito a nossa população. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões colocadas. Começando pela sugestão do deputado Fernando Silva, embora seja competência da Assembleia Municipal, acolheu também a sua sugestão e irá, em conjunto com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, ver a melhor forma de corresponder à sua proposta. Tendo o deputado referido aqui um conjunto de obras que ainda não estão em fase de conclusão e que estão com algum atraso, esclareceu que iria focar aqui algumas delas. Relativamente à Casa do Fojo, esta obra está pendente de um parecer do ICNF, tendo sido enviada ainda esta semana a informação que foi solicitada, tendo sido inclusive realizada a visita da senhora Diretora Regional em que se aproveitou a oportunidade para falar sobre o assunto. Relativamente à ETAR de Atei, esclareceu que esta obra tem pendente a expropriação de alguns terrenos, mas, ainda assim, naquilo que não depende da expropriação, irá iniciar-se em breve. No que respeita ao loteamento da Tapada da Telha, referiu que a primeira fase também não está concretizada porque foram apresentadas obras que estariam previstas na segunda fase, mas que são cruciais para completar a primeira fase e, portanto, aqui também um desafio que teremos para encontrar uma resolução. De facto, e também pela informação que lhes foi disponibilizada até ao final do mês de novembro temos apenas 52% de taxa de execução o que acaba também por refletir que há um conjunto de obras que precisarão necessariamente de, no próximo ano, serem concretizadas. Relativamente à questão colocada pelo deputado Carlos Macedo sobre a situação do Covid no concelho, referiu que era público e que na rede social fizeram questão de dizer que a informação que é disponibilizada ao município é parca ou inexistente. Ainda hoje foi novamente atualizado no website do sistema nacional de saúde e é essa a informação que nos é transmitida. Ainda assim, referiu que procuraram informação junto até da Comunidade Intermunicipal e que houve uma reunião com a ARS Norte porque este é um problema comum aos restantes municípios da CIM do AVE. A Câmara tem estado em articulação inclusive com a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, percebendo da existência de alguns focos de incidência relativamente a alguns casos e, daquilo que é também o resultado do que é publicado,



embora não lhes seja enviado, decidiram ser pró-ativos e hoje mesmo houve as condições necessárias para se ativar e reforçar a instalação de um centro de testagem, juntamente com a empresa Germano de Sousa, nas instalações da Piscina Municipal, reforçando aquilo que é a possibilidade de as pessoas puderem testar, de forma gratuita, através do sistema nacional de saúde, em horários complementares àquilo que era a oferta já existente no concelho. Este centro de testagem está aberto durante a semana das 14h às 17h e também ao fim-de-semana até às 18h. A Câmara procura com isto ser pró-ativa porque percebeu que efetivamente tem aumentado o número de pessoas infetadas e, portanto, procurou ser pró-ativa e sensibilizar as pessoas para prevenirem e para que possam realizar testes. Além da promoção daquilo que são os cuidados a ter, procurou também que nesta fase do ano as pessoas possam fazer testes e assim proporcionarem-se, dentro de algumas regras, alguns reencontros e que as pessoas possam ter alguma confiança para contribuir para a economia local. Relativamente à questão sobre a qualidade da água do rio Tâmega, referiu que já antes do verão o PSD tinha convidado um deputado que colocou algumas questões ao Ministério do Ambiente. Recentemente este mesmo deputado esteve em Mondim e foi lembrado sobre este assunto uma vez que ainda não tinha obtido resposta. Obviamente que é um tema que é do interesse de todos e, portanto, procurará também exercer essas diligências para poder ter alguma resposta. Sobre a existência ou não do estudo de valorização do Rio Tâmega, recordou que no executivo anterior tinha já sido apresentada essa vontade de realizar e confessou que ainda não se encontrou aqui o início do estudo mas esclareceu que era algo que queria fazer e que terá que ser tido em consideração, até pela execução de algumas propostas que estão vertidas no orçamento, nomeadamente com a criação das praias fluviais. Relativamente às obras Bobal – Lamas d'Olo, reconhece que de facto este problema já não é de hoje, o piso precisa de uma intervenção e obviamente que procurarão, dentro daquilo que sejam as possibilidades, que essa e outras estradas possam de facto ser reabilitadas. Esta obra não estava em estudo ou contratualizada, há outras que estavam e não foram executadas, pelo que se procurará colocar prioridade assim que seja possível. Sobre a questão das obras do Mercado Municipal que não estão concluídas, referiu que o atraso se deve à escassez de materiais mas que a breve prazo estarão concluídas. O mesmo acontece com as obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

do pavilhão, existe também alguma dificuldade em termos de materiais, estando apontado o primeiro trimestre de 2022 para a sua conclusão. As obras em estradas municipais e em cubo são obras que estão a ter a sua continuidade. Relativamente ao lítio, referiu que terminou no dia dez a consulta pública, a Câmara participou nessa consulta pública, uma participação muito técnica. Pode pôr-se em causa se somos a favor ou contra e ter aqui alguma subjetividade política sobre o assunto mas, neste caso, a nossa fundamentação foi essencialmente técnica e, portanto, com recurso também aos técnicos do município a quem aproveitou a oportunidade para agradecer todo o empenho, e confessou que parte até da argumentação tinha muito a ver com aquilo que são já um conjunto de restrições que o nosso território tem por via do regime florestal, mas também de toda a área protegida que existe no nosso território. O mapa de prospeção implicado no nosso município é precisamente nas áreas mais urbanas, aqui no centro da vila e também uma parte virada a Parada e também a Senhora da Graça. Portanto, se já estamos muito limitados no território, se esta medida viesse avante iria limitar os locais onde efetivamente se pode incentivar não só a criação e a instalação de empresas mas também em termos habitacionais. Portanto a argumentação foi essencialmente técnica e de acordo com aquilo que eram também os argumentos utilizados na perspetiva da prospeção. Relativamente à questão colocada sobre o WRC em Mondim, esclareceu que a Câmara já teve oportunidade de reunir com a organização da prova e está nesta fase a ver possibilidades de se associar. Referiu que já foi dado conta também do interesse para que a prova passasse no concelho e, obviamente que tendo a Câmara disponibilidade financeira, percebe o quanto ela é importante e o quanto as pessoas gostam pelo que se está neste momento a definir a melhor forma de o poder fazer. Para responder à questão colocada pelo deputado José Brás relativamente à linha de muito alta tensão, esclareceu que se realizou no dia 11 de novembro uma sessão no Tribunal de Mirandela a propósito de uma tentativa de conciliação, que já estava agendada em período anterior às eleições autárquicas, em que a Câmara teve uma posição firme e coerente, também como aquela que era do anterior executivo, que é ser contra a passagem da linha de muito alta tensão segundo o traçado que foi enviado e, portanto, não havendo alteração daquilo que foi a proposta da REN mantém essa posição. O processo continua a seguir os trâmites judiciais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer dois esclarecimentos. Um deles tem a ver com a proposta do deputado municipal Fernando Silva relativamente às transmissões online, que é uma competência exclusiva da Assembleia Municipal, pelo que, se a Assembleia assim o entender, naturalmente que caberá à Câmara Municipal disponibilizar os meios e os recursos para o fazer. Da informação que tem esta questão da transmissão é muito recente e tem a ver com a pandemia, aliás até se poderá entrar numa fase em que a própria pandemia nos obrigue a fazer as transmissões via online ou num sistema misto, esperemos que não, mas, independentemente disso, sugeria, se concordarem naturalmente, que se dialogasse com cada um dos líderes e se se entender que o sistema é útil e que beneficia a participação naturalmente far-se-á uma proposta que será conjunta. Referiu que ficava o compromisso de que, antes da próxima Assembleia, se poderá falar e ouvir a opinião de todos e depois encaminhar para a Câmara Municipal. O outro esclarecimento tem a ver com o facto do senhor deputado Fernando Silva ter colocado uma questão, não sabe se ficou tranquilo com a explicação do senhor Presidente da Câmara, ou se quer avançar com uma proposta de sindicância que será agendada para a Assembleia de fevereiro. Terminou dizendo que, se as explicações do senhor Presidente da Câmara relativamente às apreciações que fez sobre o anterior executivo forem suficientes, caberá ao senhor deputado decidir. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra no sentido de saber que tipo de teste faz esse centro de testagem que foi instalado. Julga que faz teste rápidos e testes PCR e que os testes rápidos são grátis, mas questionou qual o valor dos testes PCR e se tem algum encargo para a autarquia. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que relativamente ao esclarecimento sobre a sua proposta inicial, como era no período antes da ordem do dia, não podia fazer proposta pelo que foi um desafio e referiu que concordava com o senhor Presidente da Assembleia Municipal em colocar a questão à discussão. Entende que tem benefícios e acha que pode ter exequibilidade. Relativamente à questão da auditoria ou sindicância, por forças maiores e acha que na sua explanação focou aspetos que entende que merecem alguma análise, que foram tocados ao longo do mandato, aliás o senhor Presidente da Câmara fazia parte desta



gme

Assembleia, e lançou o desafio e aguarda que o senhor Presidente perceba e lhe dê resposta a este desafio. Não lhe cabe a si fazê-lo, mas sim a quem tem funções executivas. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que relativamente à questão colocada sobre os testes, estes não têm qualquer custo para o município, foi uma parceria com a empresa, portanto qualquer teste realizado pelo sistema nacional de saúde poderá ali ser realizado. -----

Aprovação da ata da reunião de 19 de novembro de 2021-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 19 de novembro de 2021 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.1- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2022 -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer uma breve intervenção que se passa a transcrever: «O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são de facto o principal instrumento que enquadra a estratégia de desenvolvimento do plano preconizada para o concelho e materializa as opções políticas do executivo municipal. Este é o primeiro exercício orçamental do mandato autárquico 2021-2025. Inicia um ciclo de desenvolvimento em prol de um concelho mais solidário, um concelho mais atrativo, um concelho mais verde, tal como apresentávamos também em campanha eleitoral. A proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentadas fundamentam-se nas opções políticas sufragadas para o atual mandato autárquico, em que as pessoas são o centro das preocupações do atual executivo municipal, implementando políticas públicas de coesão e de desenvolvimento territorial integrado, com vista à melhoria efetiva da qualidade vida de todos os Mondinenses. É um documento de rigor e de sinais corretos às famílias, às instituições e às empresas. É uma proposta desafiante, porque vivemos num tempo de incerteza resultante da evolução pandémica, da conjuntura macroeconómica nacional e internacional, da conjuntura política nacional e das suas implicações no Orçamento de Estado para 2022. Só para termos uma perceção, se a versão do Orçamento de Estado que foi apresentada e que foi chumbada tivesse sido aprovada implicaria uma redução superior a meio milhão de euros para transferência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Jme

para o nosso município. Portanto tivemos que realizar um orçamento com base no Orçamento de Estado de 2021 correndo obviamente aqui o risco de, aquando da aprovação do próximo orçamento, podermos novamente sofrer esse mesmo corte. É um orçamento ambicioso, que projeta o desenvolvimento do concelho a uma década, identificando e lançando os principais projetos sociais, ambientais e económicos, desde já, para garantir a captação de financiamento público e comunitário no PRR e no Portugal 2030. É um orçamento amigo das famílias Mondinenses, que implementa novas medidas de política social e que traduz a orientação estratégica de reduzir as taxas e os impostos municipais. Destaca-se a aplicação do IMI familiar, as taxas mínimas de IMI para os prédios rústicos e urbanos, e a redução progressiva da participação na taxa de IRS. É um orçamento exigente, que prepara o futuro intrínseco à descentralização de competências do Estado para o Município de Mondim de Basto, nos domínios da educação, saúde, ação social, entre outras, capacitando e preparando a estrutura funcional e orgânica do Município e os seus recursos humanos, para que esta realidade obrigatória se traduza numa maior proximidade de serviços, numa efetiva mais-valia para o concelho, e num substancial incremento da qualidade de vida das pessoas. É um orçamento rigoroso, porque garante a sustentabilidade das finanças municipais, provisionando-se para potenciais custos resultantes de deliberações do passado, como as obras da ETA de Atei, a negociação e aquisição/expropriação de terrenos para a execução de obras já adjudicadas, o financiamento do serviço de transportes públicos rodoviários, intrínsecos à delegação de competências para a CIM do AVE, o encargo com o tratamento das águas residuais em alta, às Aguas do Norte, SA, entre outros. É um orçamento dialogante e articulado com a comunidade mondinense, que ausculta as entidades locais, o movimento associativo, as forças políticas com representatividade na Assembleia Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, conciliando as expectativas com os recursos disponíveis. A criação do novo programa “Acesso para Todos” em conjunto com outras medidas de apoio interadministrativo às freguesias promovem a proximidade e cooperação com todas as Uniões e Juntas de Freguesia do concelho. Acrescem os programas de apoio ao movimento associativo, alocando-se assim, um conjunto muito importante de meios e recursos financeiros a estes desígnios. É neste contexto, que o Município de Mondim de Basto elege a sustentabilidade das finanças



Handwritten signature/initials

municipais como princípio fundamental da sua atuação, no que respeita à política orçamental. A qualidade do gasto público, o controlo da dívida global, bem como o acompanhamento rigoroso das despesas de investimento vão ser uma prioridade para o quadriénio autárquico, a par do desenvolvimento social, económico e cultural. Assente nesta estratégia e nas Grandes Opções do Plano 2022 inicia-se um novo ciclo. Um novo ciclo de crescimento sustentado, gerador de mais investimento, mais emprego qualificado e mais coesão social. Um novo ciclo de esperança, um novo ciclo com futuro para todos os Mondinenses».

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 queria deixar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Em primeiro lugar, saber qual é que é o valor para a concretização da delegação de competências nas freguesias e, já agora, se o senhor Presidente tem intenção de reunir com os presidentes de freguesias para agilizar esse processo ou se vai manter os contratos interadministrativos. Queria saber também qual é que é o valor provisionado para a ETA de Atei e para o encargo do tratamento residual de águas. Gostava também de saber que necessidades se pretendem suprir ao nível da frota e como é que justificam um investimento de 678.000 Euros, estando previsto, já neste ano, um valor de 126.000 Euros em viaturas para a autarquia. Ao nível do quadro de pessoal, gostava de saber o que pretende a autarquia fazer com o Programa Combate ao Insucesso Escolar, como pretende terminar este ano letivo e se houve o cuidado de avaliar o programa e considerar a pertinência da sua manutenção. Questionou também como justifica os lugares que se propõe abrir no quadro de pessoal no que respeita às necessidades identificadas, funções e objetivos. Analisando o valor previsto para investimento na rede de abastecimento de água, ficam preocupados pois é algo que merece uma grande atenção, fruto da necessidade e exigência contínua de melhoria e requalificação. Gostava também de saber se pretende este executivo aproveitar a obra do saneamento da 304 para fazer a necessária melhoria do abastecimento de água, nomeadamente no que diz respeito à população de Vilar de Viando, e, se sim, qual é o calendário. Questionou quais os projetos abertos com valor residual no PPI que vão merecer prioritariamente ser reforçados com o saldo de gerência, até porque nesta altura já é possível perspetivar o valor desse saldo, e quais



[Handwritten signature]

destes têm enquadramento no PRR ou no novo quadro comunitário. Perguntou em que consistem os trabalhos para a escola e infantário de Vilarinho. Questionou também se já existe projeto para a nova rotunda da Avenida da Igreja e como é que chegaram ao valor de 25.000 Euros que está inscrito no orçamento. Qual o ponto de situação do Programa Primeiro Direito? Qual o ponto de situação do projeto da Zona Industrial de Atei que também está inscrito no orçamento com o valor de 100 Euros? Em que consiste o Programa Mondim Mais Saúde? -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que, relativamente a este documento, gostava de começar por dizer que não pode ficar indiferente a um documento ter sido elaborado, num prazo de dois meses, havendo, de alguma forma, um novo ciclo eleitoral e estando o executivo em funções há cerca de dois meses. Não irá ter o grau de exigência que poderia ter relativamente a isto. Associado a isto acresce também, e como foi dito, e bem, as incertezas que resultaram da dissolução do Parlamento, não há um orçamento de Estado, a que se acresce também, e isso foi referido, o impacto social e económico negativo causado pela pandemia. Mas há uma questão que gostava que o senhor Presidente respondesse e que resulta do seguinte: se houvesse orçamento de Estado, o concelho ficaria sem meio milhão de euros no FEF, porquê? Ao mesmo tempo, olhando para o documento, vê que este assume compromissos que vêm de trás: há um conjunto de obras que estão em execução, estão perfeitamente definidas no orçamento, e têm de ser pagas. Portanto, o documento não renega o passado, por bom ou mau que tivesse sido. Também entende e também foi referido que um orçamento e um plano têm de ser elaborados num plano de horizonte de tempo alargado. De acordo com as legítimas aspirações e compromissos eleitorais, com o quadro macroeconómico a médio e longo prazo, com a redução de dívida, com a redução de impostos, é possível abrir um novo caminho de investimentos que permitam alavancar aspetos fundamentais para o concelho: crescimento económico, emprego, a fixação da população, o potenciar recursos endógenos e o tornar este território atrativo. O grupo municipal do CDS concorda com a aplicação do IMI familiar e reversão progressiva da participação de taxa de IRS, sendo esta a única forma de fixar população. Apesar das muitas intenções do Plano, e percebe-se que há aqui claras intenções, olham para elas e encontram projetos que



valorizam o território e dão as perspetivas e a expectativa de um eixo estratégico que pode promover o concelho e o desenvolvimento deste concelho com apostas na agricultura e floresta, no urbanismo, reabilitação urbana, coesão, mobilidade, educação, emprego, economia, indústria, saúde, inovação social e ambiente e recursos naturais. Entendem também que, nesta conjuntura económica de controlo de despesa e sustentabilidade das finanças, a autarquia deve cortar nas gorduras, concretamente em avenças de milhares de euros, devendo otimizar os recursos humanos que a própria autarquia possui. Por outro lado, numa fase de descentralização de competências na educação, saúde e ação social, entendem que é também o momento de a autarquia atribuir a sua comparticipação financeira às juntas de freguesias, definidas em orçamento, que lhes permite executar e dar resposta às necessidades das suas populações, responsabilizando as juntas de freguesias por planos e recursos e evitando a criação de dependências ou favorecimentos de umas em detrimento de outras. Manifestou que gostaria de saber qual é a verba que está definida relativamente a este assunto. Considera que a concretização dos planos das juntas de freguesias não pode ser mendigada nem confundida com a Câmara Municipal, numa luta de protagonismos, em que muitas das vezes são duplicados recursos financeiros ou mesmo responsabilidades de projetos ou obras cujo proponente se confunde. Espera que os projetos não passem de meras intenções e que a afirmação do potencial turístico do concelho e os investimentos tragam melhorias na economia local, no emprego e num dinamismo tão necessário e importante para a nossa afirmação e crescimento em projetos estruturantes e mobilizadores. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que os membros eleitos pelo PSD, votarão favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2022, uma vez que o mesmo se fundamenta num conjunto de opções políticas sufragadas para o atual mandato autárquico, em que as pessoas estão efetivamente, no centro das preocupações do atual executivo municipal, através da implementação de políticas de coesão e de desenvolvimento territorial integrado, com vista à melhoria efetiva da qualidade de vida de todos os mondinenses no imediato, com a redução de impostos às famílias, mas também por ser um orçamento ambicioso, que integra os projetos estruturantes indispensáveis ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

J. M.

desenvolvimento do concelho no futuro. Trata-se de um orçamento produzido com base no diálogo e em articulação com a comunidade mondinense, em que foram auscultadas as entidades locais, o movimento associativo, as forças políticas com representatividade na Assembleia Municipal, as Freguesias e Uniões de Freguesias, conciliando as expectativas de todos, tendo em conta os recursos disponíveis. É neste contexto, que os mondinenses exigem de todos nós uma atitude responsável, onde nenhuma estratégia política pessoal, se sobreponha aquele que é o verdadeiro interesse das nossas populações. Estou certo que assim será. -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Campanhó e Paradaña, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que iria votar favoravelmente este orçamento dando o benefício da dúvida ao executivo nesta fase inicial. Não deixará, no entanto, de acompanhar atentamente a sua execução, com espírito crítico, reservando-se o direito em alterar o seu sentido de voto em futuras votações. -----

O Presidente da Junta da Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que também iria votar favoravelmente o orçamento e não fazia sentido de outra maneira porque realmente Atei está lá em grande medida mas também deixou o reparo que o senhor Presidente da Câmara se esqueceu de lá colocar a praia fluvial em Bormela, com pelo menos 100 Euros, e também acha que deveria dar mais importância à estrada municipal 312 que está lá com 100 Euros e aqui a rotunda de Mondim está com 25.000 Euros. Acha que deveria ser ao contrário porque é mais urgente a estrada Mondim-Bormela do que propriamente a rotunda em Mondim. Mas é o seu ponto de vista, mas referiu que podia contar com o seu apoio na votação ao orçamento. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Macedo, questões que já foram colocadas em reunião de Câmara, pelo que iria procurar ser sucinto. Relativamente à transferência de competências, esclareceu que têm até ao final do mês de junho para concretizarem esse diálogo, para ter efeitos no orçamento seguinte. Portanto é intenção da Câmara proceder ao início desse diálogo juntamente com os presidentes de juntas de freguesias e uniões de freguesias. Relativamente aos



encargos com a ETA de Atei, crê que também seja do conhecimento de todos que existe um compromisso do executivo anterior em avançar com a concretização da obra, num investimento de cerca de meio milhão de euros, no próximo ano. Ainda durante este ano irá realizar-se uma reunião com a CCDR para perceber aquela que pode ser a nossa margem mas, efetivamente, se tivermos que concretizar esse compromisso que não está cabimentado neste orçamento, esta poderá ser uma das condicionantes deste orçamento. Relativamente à frota, deu nota que de facto existe uma intenção da Câmara fazer um investimento ao nível do transporte público, máquinas e viaturas. Referiu que, ainda recentemente, havia um colaborador do município a abrir uma rota com uma picareta e que estas são situações que, nos dias de hoje, não podem acontecer. Procurar-se-á com isto, além de servir não só as associações do concelho para poderem ter à sua disposição um maior número de transporte, também a otimização do trabalho – existem situações em que uma equipa não se consegue desdobrar porque não existem viaturas. Esta é a realidade do município. Este investimento é para otimizar o trabalho, criar condições de trabalho para os colaboradores do município e procurar servir a comunidade com uma rede de transportes mais alargada. Relativamente ao quadro de pessoal e ao programa de combate ao insucesso escolar, esclareceu que as datas não coincidem com o término do contrato das pessoas que estavam afetas a ele e, portanto, a forma como o contrato estava realizado não permitiria continuar até ao fim do programa pelo que foi necessário encontrar aqui uma solução para que se possa concretizar o programa e depois, caso haja uma renovação ou não do programa, ter-se-á obviamente que encontrar aqui uma solução. Relativamente aos lugares do quadro de pessoal vertido neste orçamento, deu conta que até foi aqui falado de haver um corte de gorduras, portanto é necessário otimizar e procurar cortar essas mesmas gorduras, fazendo de uma forma mais barata e internamente. Relativamente à rede de abastecimento de água e se a Câmara irá ou não conseguir conciliar estas obras na 304, referiu que a indicação que existe em relação às obras é que elas irão iniciar no próximo ano, de saneamento mas também de gás, mas que internamente não foi ainda realizado estudo para que se possa avançar em simultâneo com a ligação da rede de água. Tem a noção daquilo que era uma oportunidade mas se não existir já o estudo elaborado pode-se ou não ter aqui condições para o fazer. Esclareceu que estavam atentos e que



Jme

procurarão, dentro daquilo que for a sua possibilidade, fazê-lo. Relativamente às obras de reabilitação da escola de Vilarinho, referiu que efetivamente a escola do primeiro ciclo está a necessitar de obras de reabilitação pelo que existe a necessidade de fazer aqui um esforço para criar as condições para que as crianças possam ter melhores condições e também para poderem frequentar o ensino. Relativamente à rotunda Avenida da Igreja, referiu que já existia uma estimativa de custos, mas que só depois da apresentação do projeto é que se poderia ter o custo real. Para responder ao senhor Presidente da Junta de Atei, referiu que se conseguiu cabimentar a rotunda com um valor que poderá ser um valor próximo da concretização da obra, completamente diferente será o custo da obra da ligação, mas obviamente que é uma prioridade a que procurará corresponder. Relativamente às questões sobre as zonas industriais, esclareceu que se estava a tentar a conciliar a localização que tinham previsto não querendo de todo desperdiçar o trabalho feito na outra localização. Referiu que não renegam o passado e que a autarquia é uma entidade de bem e, portanto, tendo a noção daquilo que são os desafios, irá cumprir aquilo que foi o compromisso assumido e procurar concretizar aquilo que advém do orçamento anterior. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a aprovação da **Proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2022** que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e sete abstenções. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista dizendo que este é um orçamento que faz questão de distinguir dois ciclos de governação: um ciclo de governação que assegurou as condições para, e citando apenas as obras que este documento refere, o alargamento da rede de saneamento na freguesia de Mondim e Atei, nesta última com a construção da ETAR, a remodelação do Posto da GNR, a modernização do mercado municipal, o apetrechamento da escola básica e secundária com equipamentos informáticos, mobiliário e software, a requalificação da reta da Pena, o loteamento da Tapada da Telha, a conclusão da ligação da Pedreira a Vilarinho, o do Bairro Novo à Barca, investimentos que contribuem efetivamente para um concelho mais competitivo, mais sustentável, mais coeso, com uma forte aposta na educação, na



requalificação do nosso património e na resolução dos problemas mais urgentes, como é o caso do forte investimento no alargamento da rede de saneamento básico. Algo que contrasta com o novo ciclo, que o documento faz questão de evidenciar, que se resume a uma listagem de duas dúzias de investimentos, a quase totalidade com a capacitação residual de 100 Euros, que se querem supostamente para uma década, num documento anual, onde deveria ser possível perceber claramente quais as prioridades imediatas a médio e a longo prazo. No que respeita ao plano de atividades municipais, são muitas as atividades cabimentadas de uma forma precária e outros, a exemplo do que sucede no PPI, foram abertas apenas com o valor residual de 100 Euros. Com a abstenção, manifestam a sua preocupação com as opções do executivo num documento que, de concreto no plano plurianual de investimentos, se resume, em grande medida, aos investimentos que transitam do ciclo anterior, não sendo possível perceber quais as prioridades futuras. No entanto, reconhecem a importância de muitos dos investimentos presentes no documento que o mesmo faz questão de reconhecer como sendo do ciclo anterior e contribuem de forma evidente para a prosperidade do concelho e contam ter oportunidade para, a seu tempo, perceber melhor e julgar as reais prioridades do atual executivo. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para fazer a declaração de voto do grupo municipal do PSD dizendo que, embora se trate de um orçamento muito limitado por aquilo que são os projetos vindos do passado, trata-se também de um orçamento que, pelas medidas e propostas apresentadas dá sinais firmes de esperança no futuro, indo ao encontro daquilo que foi a votação expressa pela maioria dos mondinenses ao sufragar o programa eleitoral do PSD. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer um esclarecimento. Referiu que iria esclarecer depois o assunto, mas presume que, quando uma intenção de voto é a favor, a declaração de voto não faz sentido, faz sentido com a abstenção ou com o voto contra. -----

2.2- Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais ---

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer uma breve apresentação da proposta. Esta proposta pretende que seja realizada uma alteração à estrutura orgânica dos serviços municipais, estabelecendo



a criação de seis unidades de terceiro grau permitindo, até em consequência do ponto anterior, preparar a estrutura da Câmara para que, em função também não só da prossecução do orçamento mas também procurando otimizar os recursos da autarquia na prossecução do programa eleitoral, mas também e acima de tudo preparar a autarquia para aquilo que serão os desafios prementes no próximo ano. Desde logo, a delegação de competências e, portanto, se tudo correr com normalidade, a partir do mês de abril a Câmara irá assumir a educação, a saúde e a ação social. Isso implicará também que a própria autarquia crie uma estrutura preparada para dar respostas a estes desafios, mas também, e pode-se aqui acrescentar, o que será um processo de transferência de competências para as próprias juntas de freguesias e a necessidade de uma articulação orgânica também por parte do município. Com isto pretende-se criar, primeiro, a estrutura capaz de responder a estes desafios e, só depois, é que poderá fazer sentido perceber de que forma, mesmo ao nível dos recursos humanos, se poderá fazer aqui esta alocação. Não é primeiro pensar em pessoas, mas primeiro criar a estrutura e as condições para que, em função daquilo que forem os desafios, possam aqui ter essa mais-valia. Deu nota também que mesmo ao nível da delegação de competências existem já reuniões marcadas com o Governo para perceber de que forma efetivamente a concretização dessas competências irá acontecer, no que diz respeito às responsabilidades do município mas também relativamente à receita e à despesa. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o grupo municipal do PS apresenta muitas reservas face ao proposto por vários motivos. Em primeiro lugar, consideram muito estranho que, ao fim de dois meses de gestão, já se pretenda fazer alterações desta dimensão na estrutura do município. Depois, têm também muitas dificuldades em vislumbrar aquilo que será o organigrama após estas alterações. Parece-lhes algo que merece uma explicação mais aprofundada. Consideram também que algumas destas chefias intermédias não se justificam face às tarefas que lhe estarão inerentes. A título de exemplo, a questão dos transportes que vai ser assegurada pela Cim do Ave, a questão da delegação de competências para as juntas, mas que também haverá uma parte desse trabalho que será feito pelas juntas e não pela autarquia. Falou ainda do aumento de encargos financeiros que terão que ser alocados a



estas chefias que poderão rondar os cerca de 100.000 Euros por ano. Passar de sete para treze chefias, num município da nossa dimensão, não lhes parece ter muita lógica. Posto isto, o seu sentido de voto, caso não se pondere a apresentação desta proposta noutra altura ou com um esclarecimento melhor, com a apresentação do respetivo organigrama, será contra. -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer que uma alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais será bem-vinda e desejável sempre que corresponder a um ajuste premente e fundamentado às necessidades do concelho. Por isso, aguarda que o executivo elucide com clareza esta Assembleia e os mondinenses sobre os benefícios para o concelho, assim como o aumento de custos com pessoal. Nesta proposta, e olhando com preocupação na área social e educativa, área estas que devem cuidar por excelência, num concelho com uma grande parte da população envelhecida mas que ao mesmo tempo deposita imensa esperança na educação das nossas crianças e jovens, importa saber se esta alteração não serve apenas para satisfazer alguns apoiantes mais próximos e expulsar outros funcionários já experientes que, pelo seu vínculo precário, veem os seus postos de trabalho extintos com esta reestruturação, com consequentes prejuízos para os serviços. Por tudo isto, o seu voto é contra. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões colocadas e esclarecer que, desde logo, relativamente ao timing da proposta, seria até incoerente depois de aprovarem o novo orçamento, com um conjunto de expectativas e de propostas, não darem as condições para a concretização desse mesmo orçamento. Referiu que tinha que fazer aqui algumas correções. Em primeiro lugar, quando foi dito que as tarefas poderiam não ser ajustadas, esclareceu que em momento algum a proposta define tarefas. Portanto cabe à Assembleia definir o número máximo de unidades a ser criadas, não são divisões, são unidades intermédias, procurando, tal como justificou, ajustar aquilo que serão as novas competências do município. O mesmo tem a ver com os encargos. Seria utópico definir-se qualquer valor para encargos porque as pessoas que vierem até a preencher estas unidades até podem já ter vencimentos superiores ao regime remuneratório. Pode até ter custo zero. Se apenas se está a falar no número máximo, não se está a definir



Handwritten signature

ainda, porque não é o momento, quais serão as competências, muito menos se saberá qual será o custo, se ainda não se definiram as competências, se os concursos públicos ainda não estão a decorrer, será obviamente difícil e prematuro avançar com o número de 100.000 Euros como foi aqui lançado. Esclareceu também ao senhor Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça que, em momento algum, está aqui abordado retirar-se ou eliminar aquilo que é uma estrutura já existente mas sim, acrescentar àquela já existente a otimização do serviço tendo em conta as novas competências. Se não tivermos a capacidade de criar uma estrutura capaz de dar a melhor resposta à comunidade, e isto é que é importante, o que está em causa é a prestação de um serviço público de qualidade. Em coerência inclusive com o ponto anterior, em que foi aprovado o próximo orçamento, uma nova ambição, novos desafios que estão já previstos para o próximo ano, trata-se aqui simplesmente de se criar as condições para que possa ser concretizado. -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que, em seu entender, a proposta feita pelo deputado Carlos Macedo de deixar este ponto para uma próxima reunião e não levar à votação hoje seria de bom senso. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da **Proposta Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais** que foi reprovada por maioria com onze votos contra e dez votos a favor. -----

2.3- **Aprovação da Celebração de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Mondim de Basto na Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros** -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que, uma vez que esta proposta nasce no âmbito da Cim do Ave, solicitou, se fosse possível, que fosse facultada uma explicação. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que relativamente a esta proposta o que está em causa é fazer a alteração de um contrato que já foi anteriormente aprovado, mas que, no entanto, foi



JME

rejeitado pelo Tribunal de Contas com o propósito de que alegadamente teria que estar vertido no contrato interadministrativo o compromisso financeiro do município no âmbito desta concessão de serviço de transporte público. Sabendo de antemão que será um custo assumido pela CIM do AVE o Tribunal de Contas entendeu assim e chumbou o contrato que foi aprovado anteriormente. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou à votação a **Proposta Celebração de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Mondim de Basto na Comunidade Intermunicipal do Ave**, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros que foi aprovada por unanimidade. -----

2.4- Aprovação do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório do Favo das Artes / Casa da Cultura de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Proposta Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório do Favo das Artes / Casa da Cultura de Mondim de Basto** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.5- Aprovação do Regulamento Municipal para o Espaço “Mondim Coworking -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta Regulamento Municipal para o Espaço “Mondim Coworking** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Informação sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30 de junho de 2021-----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra apenas para registar que no parecer do auditor externo que lhes foi remetido para análise, a situação financeira do município a 30 de junho de 2021, antes da entrada em funções do novo executivo, evidencia bons resultados, bons indicadores, fruto certamente da boa gestão durante estes doze anos, ao contrário do executivo anterior que herdou uma enorme dívida, o que acabou por condicionar os seus três mandatos. Este executivo herda uma câmara equilibrada financeiramente, com uma dívida muito reduzida e comportável, bem como a capacidade de endividamento. Em resumo, a



f me

situação financeira do município é muito favorável, permitirá possíveis investimentos que no passado não o foram e, em abril, na prestação de contas, terão certamente mais dados sobre a boa gestão financeira dos últimos três mandatos. -----

2.7- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que a análise deste documento o deixou de alguma forma atento a um olhar que nasce, sobretudo a partir da página dezoito e dezanove, de um conjunto de contraordenações a que o município foi sujeito, contraordenações relacionadas com ambiente. Recordou que o CDS-PP levantou aqui várias vezes várias questões para os graves problemas ambientais a que o município tinha obrigação de zelar e de resolver. Por isso, quando se fala em esgotos, em qualidade da água, em saneamento, em resíduos, quando se fala que é necessário reforçar a recolha do lixo, estas questões ainda são de alguma forma atuais e este concelho, se quer valorizar o seu território, tem que começar por aqui e tem que ter esta preocupação. Por isso, qual não foi o seu espanto quando verificou esta quantidade enorme de queixas e contraordenações ambientais contra o município. Aliás, reforçou que, em tempo oportuno, o CDS-PP deu conta e denunciou várias situações. Esta é a melhor prova que afinal o CDS tinha razão. Mas o que mais importa realçar é que, num concelho que se pretende destacar pela sua diversidade e riqueza ambiental, o primeiro garante e promotor da defesa e preservação do ambiente é a Câmara Municipal e esta não o faz. Neste sentido, é necessário, se queremos um Mondim mais verde, alterar procedimentos, implementar ações concretas que promovam a salubridade, a defesa do ambiente, dos recursos naturais e dos espaços verdes. Percebeu que há aqui um conjunto de processos elencados que dão conta realmente de quais são os processos que estão afetos ao município pelo que gostava de deixar aqui um repto no sentido de saber se todos os processos estão aqui elencados, vez que não vê aqui elencado o processo da cobertura da bancada do Atei FC. Ou não está concluído, ou está em fase de inquérito? Gostava de saber se há alguma informação nova ou não relativamente a isto. -----

O senhor **Presidente da Câmara, Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que relativamente a esta questão queria apenas dar nota de que, a bem da transparência, foram indicados todos os processos que foram remetidos pela



Handwritten signature

pessoa responsável pelo suporte jurídico da autarquia. Afirmou que desconhecia qualquer processo que não estes. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para, relativamente a este ponto, mostrar a sua surpresa pela quantidade de processos que surgiram, de um ano para o outro (crê que não foi nestes dois meses de mandato do senhor Presidente da Câmara que estes processos apareceram), e, acima de tudo, o valor que neles está implicado. Manifestou que gostaria que o senhor Presidente da Câmara desse uma palavra sobre a implicação destes processos para o futuro da autarquia e para o futuro dos mondinenses. Também sobre esta informação gostava de realçar que na despesa de capital a taxa de execução a 30 de novembro de 2021 encontra-se apenas em 52%. Entende que, às vezes, mais do que ter um grande orçamento mais vale ter um orçamento realista, um orçamento onde se cumpram as necessidades das pessoas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para lembrar ao senhor deputado José Brás de Oliveira, com toda a simpatia e amizade, que o orçamento foi discutido há pouco e que agora se está a falar a falar sobre a informação do executivo pelo que lhe pedia que falasse sobre este ponto. -

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** continuou a sua intervenção dizendo que, sobre este ponto, gostava de realçar mais uma vez que a taxa de execução das despesas de capital se encontram apenas nos 52% e que, para futuro, mais do que apregoar que se tem o maior orçamento da história é apregoar que se cumpre com o que está no orçamento. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, referiu que o número de processos é aquele que lhe foi indicado. De facto é um número e significativo e, como é óbvio, há aqui processos que já se arrastam há algum tempo e em algum momento irão ter uma decisão, que pode ser favorável ao município ou não, e pode ser, no próximo ano, mais um desafio porque se houver a resolução destes processos em número considerável obviamente que será necessário assumir a responsabilidade. Como disse há pouco, não renegamos o passado, somos uma entidade de bem e portanto corremos efetivamente esse risco no próximo ano de ter uma despesa acrescida. Os processos seguem os seus trâmites normais no tribunal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

portanto em algum momento irão ter os seus desfechos. Relativamente à despesa de capital, referiu que de facto é uma informação que está presente, é uma informação contabilística, fidedigna, e é de facto de 52% pelo que procurará que até ao final do ano possa ser uma taxa melhor. Acrescentou também que, mesmo a propósito daquilo que é a condição financeira, vertida até no relatório, no próximo ano a Câmara terá 1.281.000 Euros de pagamento de empréstimos, algo que naturalmente terá que continuar a assumir, uma vez mais não renegando o passado e assumindo a sua obrigação para o futuro. -----

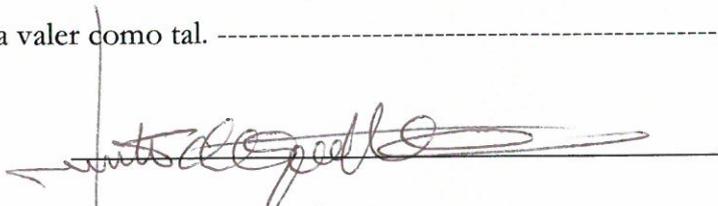
2.8- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 25 de fevereiro de 2022, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----


Emília Gonçalves